



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2015.

Nº. 8/2015

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge Maria do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, na qualidade de Vereadores.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 14,55 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este ponto da ordem de trabalhos:

“O Vereador Paulo Nascimento prestou informação dos assuntos abordados na reunião realizada na DGEste, dia 1 de Abril, onde participou em representação da autarquia, na qual também o Agrupamento de Escolas de Castro Verde esteve presente. Assim, informou que se tratou de uma reunião alargada com os agrupamentos de escola e as autarquias do Baixo Alentejo, para apresentação da proposta de rede escolar para o ano lectivo 2015 – 2016, pelo que no que se refere ao concelho de Castro Verde, o cenário apresentado e discutido, mantém a funcionar a rede do presente ano lectivo. Informou ainda que, no que diz respeito à oferta formativa, que a proposta passa por manter a oferta actual na área de prosseguimento de estudos e na oferta profissional pela abertura de um curso na área da Higiene e Segurança do Trabalho, uma vez que a área pretendida pelo AECV, restauração, não foi possível. Na reunião foi ainda informado que não há qualquer decisão no que diz respeito ao ensino articulado. O Vereador salvaguardou que este cenário ainda não é definitivo, uma vez que brevemente vão acontecer outras reuniões para fechar este processo e que a posição assumida pela autarquia respeita as orientações emanadas do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Geral do AECV.”

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos

restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Jorge Nascimento, por não ter estado presente na reunião em causa.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Informações:

Tomou a Câmara conhecimento do parecer favorável proferido pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Castro Verde, sobre a versão final do Plano Operacional Municipal, assim como da decisão de remetê-la ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

2. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do convite que lhe foi endereçado pela Direção do Clube de Caçadores de Casével para estar presente no almoço do seu aniversário, a realizar no próximo dia 17 de Maio, no Centro de Convívio de Casével.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2014:

Apresentou o Sr. Presidente o Relatório e Contas do Exercício relativos ao período que decorreu de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014, para efeitos de discussão e votação, a fim de serem apresentados à Assembleia Municipal e posterior remessa ao Tribunal de Contas, tendo prestado informação adicional relativamente à situação económico-financeira da Autarquia e dos resultados obtidos.

Posto isto o Sr. Presidente da Câmara determinou que se passasse à votação do Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2014, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, ficando os mesmos documentos anexos à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

Mais deliberou a Câmara submeter os documentos ora aprovados à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Formalizou por escrito, e entregue à posteriori, o Sr. Vereador António José de Brito a seguinte declaração de voto:

“O Relatório e Contas da Gerência de 2014 apresenta conclusões muito concretas e que, na nossa óptica, são negativas para o concelho de Castro Verde mas nada surpreendem em função das políticas adoptadas pela maioria da CDU.

Os números não enganam e dão-nos uma informação objectiva: naquilo que se propôs fazer em sede de Grandes Opções do Plano (GOP), a maioria da CDU executou apenas 60,7% e, no caso do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), não foi além de escassos 43,1%.

Estes dados são preocupantes e mostram bem a inércia da maioria CDU, que continua a assentar a sua estratégia numa gestão política corrente e sem projecto para o concelho: só **age em função**

de objectivos eleitorais, em muitos casos guardando intervenções urgentes para a população apenas para a véspera das eleições e para cativar o voto.

Por isso, mais uma vez em 2014, em áreas muito concretas e problemáticas para as pessoas do concelho, nada foi feito!

Se as opções fossem dos eleitos do PS, teria avançado a requalificação significativa da rede de águas da vila de Castro Verde, nomeadamente na zona histórica onde há problemas muito graves que afectam famílias e empresas (a maioria CDU, nesta área, teve um grau de execução ZERO – ou seja, não fez nada para além da resolução dos muitos problemas que vão surgindo na rede!). Refira-se, ainda, que para agravar o quadro existente, a maioria da CDU preferiu planear o aumento dos preços para cobrar mais dinheiro às pessoas – *medida que já concretizou este ano!*

Por outro lado, se fosse o PS a decidir, a rede de estradas municipais não estaria no mau estado em que está, como por exemplo a ligação entre Castro Verde, a freguesia de Santa Bárbara de Padrões e a Mina de Neves-Corvo – uma via estruturante do nosso concelho, onde as condições de circulação são inaceitáveis e a segurança das pessoas está verdadeiramente posta em causa.

Lamentamos, ainda, que a maioria da CDU não estabeleça como prioridade uma acção política mais planeada e coordenada com as IPSS do concelho em termos de apoio social à nossa população muito envelhecida. Apesar de reconhecermos a importância dos investimentos assumidos pelo Município em infra-estruturas e de alguns apoios prestados, não podemos deixar de criticar a repetida incapacidade para fortalecer a intervenção da Rede Social.

É certo que há uma parte das propostas da CDU que mereceu o nosso apoio e, ao longo do ano, não foram poucas as vezes em que os eleitos do PS, na Câmara e na Assembleia Municipal, votaram a favor de decisões que acham correctas e necessárias para o nosso concelho. Mas, é bom que todos percebam, que essa é a responsabilidade de uma Câmara Municipal: resolver problemas e dar respostas às necessidades existentes no concelho!

Em síntese, o quadro de inércia e falta de projecto da CDU para Castro Verde mereciam uma oposição frontal a este Relatório e Contas da Gerência de 2014. Contudo, ficando as nossas divergências bem claras e havendo a certeza que teríamos opções bastante diferentes se fôssemos maioria na Câmara, queremos destacar que só o sentido de responsabilidade e a defesa dos interesses de toda a população do nosso concelho determinam a nossa ABSTENÇÃO.

Com esta posição, assumimos também a expectativa de que a CDU, no futuro, opte por pôr os interesses das pessoas à frente dos seus interesses políticos e partidários – coisa que não aconteceu no primeiro ano do mandato, conforme está à vista de todos!”.

2. - 1ª. Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2015:

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a proposta da 1ª. Revisão a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso, decorrente da necessidade de introduzir os saldos apurados na gerência do ano transato, assim como da necessidade de reforçar determinadas verbas conforme informação que prestou em relação àquelas mais significativas.

Posto isto, foi a proposta da 1ª. Revisão a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso submetida a votação, nominalmente, tendo sido aprovada, por maioria, com as abstenções

dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, remetendo-a à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação.

Ficam anexos à presente ata os documentos ora aprovados, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

3. - Inventário e Cadastro Patrimonial do ano de 2014:

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“A fim de dar cumprimento ao disposto na alínea i) do nº.1 do artigo 33º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, remeto para aprovação da Câmara Municipal, o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, referente ao ano de 2014, mapa elaborado de acordo com o ponto 2.8.1 – Inventário, do anexo do Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de Janeiro, (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) cujo documento se anexa.

Nos termos das disposições conjugadas da alínea l) do nº.2 do artigo 25º. e do nº.2 do artigo 27º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, devem os mesmos documentos ser submetidos à apreciação da Assembleia Municipal, na sessão que se realizará no decurso no corrente mês de Abril.”

Apreciada a proposta, assim como os respetivos documentos anexos, submeteu o Senhor Presidente os mesmos a votação, tendo a Câmara deliberado por unanimidade e nominalmente, a sua aprovação, e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea i) do nº. 1 do artigo 33º, da Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro.

Ficam anexos à presente ata os documentos ora aprovados, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

4.- Tomada de posição relativamente à “Faturação da iluminação pública e proveito da concessão da atividade de distribuição de Energia em baixa tensão, na área dos municípios:”

Apreciou a Câmara o mail do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva em que dá conta do seguinte:

Os custos com faturação de iluminação pública (a aumentarem) e o proveito da concessão da atividade de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão (a diminuir) é uma problemática comum a todos os municípios.

Atendendo que os municípios têm sido cada vez mais prejudicados nesse âmbito, é fulcral que os municípios portugueses unem e exigem medidas imediatas nesse sentido.

Para tal elaboramos uma missiva para ser remetida à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos que enviamos em anexo, em que solicitamos a colaboração da vossa edilidade no sentido de enviar em papel timbrado do vosso município, até ao próximo dia 30 de Abril para as mesmas entidades, e cujo teor é o seguinte:

1.- De facto a iluminação pública é essencial à qualidade de vida das pessoas, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno, além de estar diretamente ligada à segurança pública no tráfego e sobretudo prevenir a criminalidade.

2.- Nos últimos anos, os Municípios deste país têm vistos os seus custos de energia aumentar drasticamente, designadamente na iluminação pública, não só devido ao peso do IVA, como também devido ao fim da inerente designada “Tarifa Transitória de Venda a Clientes Finais em BT (iluminação Pública)”, determinada pela ERSE em 31/Dez./2012.

Com efeito a maior parte dos custos dos parâmetros da faturação da IP (c/ exceção da contribuição audiovisual) foram afetados pelo aumento da taxa do IVA para 23%, bem como pelos aumentos de custos originados pela extinção das tarifas reguladas da iluminação pública, que passou a ser tarifado como um consumidor normal de BT, sendo que na maioria dos locais de consumo (PTs), a situação ainda se tornou mais penosa, por falta de adaptações e ajustamentos convenientes do distribuidor EDP, nos respetivos equipamentos de medição e consequentemente motivado pela aplicação da regras de repartição de consumos e determinação da potência contratada, definidas pela ERSE, no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de Portugal Continental.

3.- No âmbito do contrato de concessão à EDP (na maioria dos municípios até 2021), pelo uso dos bens no domínio público municipal na atividade em regime exclusivo de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, existe como é sabido, uma contrapartida/proveito, para a Câmara em representação do Município, dessa prestação de serviços.

Ora, pela atividade concedida em regime exclusivo o proveito dessa prestação de serviços, designada, certamente por conveniência, por “renda anual”, é calculada, de acordo com o Decreto-Lei nº 230/2008, de 27 de Novembro, a pagar pelo concessionário à Câmara em prestações trimestrais.

4.- Todavia verifica-se que este proveito pela utilização de infraestruturas municipais, para o exercício da atividade de distribuição de energia elétrica em BT, não contempla o pagamento do IVA (a lei e consequentemente o estado é conivente com essa situação), o que se entende ser uma “fraude” atendendo ao facto do IVA ser um imposto geral sobre a despesa em que se tributam as transmissões de bens, as prestações de serviços, as importações e as aquisições intra-comunitárias de bens (art. 1º C.IVA - incidência real do imposto).

Esta situação ao longo dos anos, nunca foi levantada pelos municípios, devido ao IVA ser taxado apenas no valor mais baixo (5% e 6 %), aliado ao facto do resultado das regras de cálculo do proveito da concessão “cobrirem” as despesas com a iluminação pública, no contexto da compensação com o montantes vencidos pela concessão e ainda permitir aos municípios investir nos aumentos de redes.

Na altura o concessionário exercia a função conjunta de distribuidora e de comercializadora em sistema de mercado regulado

5.- Com as assimetrias contrárias que se tem vindo a verificar nestes últimos anos relativamente ao custo da iluminação pública versus proveitos da concessão, assistimos ao antagonismo dos concedentes (municípios) pagarem aos seus concessionários!, embora as atuais distintas funções de distribuição de energia elétrica e de comercialização de energia elétrica em sistema de mercado livre, motivado pelo processo de extinção das tarifas reguladas.

6. - Por outro lado, com a entrada das novas regras de faturação na sequência da extinção das tarifas reguladas de IP, as quais eram mais vantajosas para os Municípios em virtude da utilização de energia elétrica ativa ser essencialmente feita durante a noite nos períodos considerados de Vazio e Super-Vazio, surgem, no sentido oposto, mais encargos, não obstante termos os produtores/distribuidores de energia a “escoarem” a sua produção nos períodos acima referidos

retirando os inerentes proveitos na sua grande maioria a custa da Iluminação pública paga pelos municípios.

7.- Apesar da gestão da IP ser da responsabilidade da Câmara no que se refere a níveis e horários de iluminação e ao tipo e número de Luminárias-lâmpadas em serviço, o facto é que as inovações de ordem tecnológica preconizadas no contrato de concessão, têm sido pequenas por parte da concessionária EDP-distribuição, mesmo na utilização da tecnologia “LED” na IP, pese embora as recentes implementações, em colaboração com os Municípios, de relógios astronómicos nos PTs para ligar e desligar a iluminação pública, bem como os recentemente anunciados equipamentos com telecontagem e funcionalidades para a gestão de energia, a instalar em todos os circuitos de IP, previstos durante o 1º semestre/2015.

8.- Apesar da redução de consumos, também pela eficiência energética que os municípios já fizeram e possam/devam fazer com o novo quadro comunitário que supostamente irá privilegiar essa área, torna-se fulcral encontrar o equilíbrio entre os proveitos de concessão e as despesas com a iluminação pública.

Assim, pelos factos acima enumerados, este **Município de..... (nome do Município)** vem por este meio exigir à Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), que defendam os Municípios deste país impondo-se de imediato as seguintes medidas:

1 - O abaixamento do IVA para 6% na Iluminação Pública.

2 - A Inclusão do IVA no proveito da concessão à mesma taxa da IP, ou introdução de uma nova fórmula de cálculo para as rendas de concessão onde entre um fator de ponderação que permita minimizar o impacto do IVA na Iluminação pública.

3 - Alteração da legislação de forma que comercializadores de energia tenham de apresentar um tarifário próprio para a iluminação pública.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente subscrever a missiva acima descrita, remetendo a mesma à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

5. - Ratificação de emissão de licença especial de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara a licença especial de ruído que concedeu a Marco Gabriel Graça Constantino, para realização de música ao vivo, no estabelecimento Café/Pastelaria 7ª. Arte, sito na Rua Fialho de Almeida nº.2, em Castro Verde, desde as 23 horas do dia 4 de Abril até às 2 horas do dia 2 de Maio, em cada dia de utilização, nos termos do art.º 15º. do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº.9/2007, de 17 de Janeiro, com as devidas alterações.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão da licença especial de ruído acima referida.

6. - Informação sobre os diversos contratos de aquisição de serviços que se mantêm em vigor no atual ano económico:

Considerando a autorização genérica de autorizações prévias para futuros compromissos plurianuais, aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 17 de Dezembro de

2014, apresentou o Sr. Presidente para conhecimento do executivo e da Assembleia Municipal a listagem de contratos celebrados e que se mantêm em vigor no atual ano económico, a qual se anexa à presente ata, dando-se por isso como aqui integralmente transcrita.

DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Delimitação da ARU - Área de Reabilitação Urbana para a vila de Castro Verde e elaboração da correspondente ORU - Operação de Reabilitação Urbana:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando

- a) as disposições constantes do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei nº. 32/2012, de 14 de Agosto, nomeadamente aquelas que se integram na sua Parte II (Regime de Reabilitação Urbana em Áreas de Reabilitação Urbana);
- b) as orientações conhecidas para o próximo período de programação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, a ter lugar entre 2004 e 2020, que apontam para a existência de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) criadas e programadas nos termos do RJRU como condição de acesso aos recursos que serão disponibilizados para apoio a intervenções de regeneração urbana;

propõe-se que, ao abrigo do referido RJRU, a CMCV delibere no sentido de:

- 1) dar início aos trabalhos de constituição de uma ARU na vila de Castro Verde, a qual será formalizada através da elaboração e subsequente aprovação do respetivo projeto de delimitação;
- 2) dar início aos trabalhos de elaboração da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) que se pretende implementar na ARU, a qual será oportunamente submetida para aprovação em momento simultâneo ou posterior à aprovação do respetivo projeto de delimitação;
- 3) estabelecer que a ORU assumirá natureza sistemática e que o respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) será formalizado através de instrumento próprio;
- 4) estabelecer que será o Município a entidade responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos anteriormente referidos e pela gestão da futura ORU.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

2. - Deliberação final sobre processo de obras:

Foram presentes os projetos das especialidades para efeitos de deliberação final sobre o processo de obras da GERENAMI - Sociedade Gestora de Recursos Naturais e Minerais Ld.^a, para alteração e ampliação de moradia unifamiliar, sita na Horta da Cerca Grande - Serro da Arvela, nas imediações de Castro Verde (proc.º. 21/14).

A Câmara, em face dos pareceres proferidos sobre os mesmos projetos, deliberou, por unanimidade e nominalmente aprová-los para efeitos de deliberação final e consequente emissão da respetiva licença de obras.

3. - Destaque de prédio no interior do perímetro urbano de Castro Verde:

Foi presente um requerimento em que Vitória Severina Peixeiro Belchior Lourenço e, marido, Carlos Manuel dos Santos Rodrigues, residentes na Rua de Aljustrel nº.10, em Castro Verde expõem e requerem o seguinte:

1. - Os requerentes são proprietários de um prédio urbano sito na Rua Alexandre Herculano nº.10, na vila de Castro Verde, com a superfície coberta de 175 m² e descoberta de 568 m², inscrito na matriz sob o artigo 3033, da União de Freguesias de Castro Verde e Casével, composto por uma área destinada à habitação e outra ao comércio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castro Verde sob o nº. 1468/19930311;

2. - Para efeitos de transmissão de propriedade, pretendem desanexar do mesmo uma área de 94,75 m², correspondente a 75,89 m² da área coberta e 18,86 m² de área descoberta do supra mencionado prédio, ficando o prédio desanexado com a composição seguinte:

- Urbano, sito na Rua Alexandre Herculano nº.10, destinado a comércio, composto por um compartimento, arrecadação e terraço, com a superfície coberta de 75,89 m² e a superfície descoberta de 18,86 m².

Assim e para instruir a escritura pública, vem requerer que lhe seja certificado que a desanexação pretendida está dispensada do regime de licenciamento previsto no nº. 4 do artigo 6º. do Decreto-Lei nº. 136/2014, de 9 de Setembro.

Apreciado o pedido, a Câmara, em face do parecer do Gabinete de Gestão Urbanística e Ambiental, deliberou, por unanimidade e nominalmente, certificar que a desanexação pretendida reúne os requisitos estipulados na legislação acima referida uma vez que as duas parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos públicos.

4. - Constituição de prédio em regime de propriedade horizontal:

Foi presente o pedido em que Nigel William e Judd - Miulls, na qualidade de comproprietários, pretendendo constituir o regime de propriedade horizontal no prédio urbano sito na Rua D. Afonso I nº.34 e na Rua do Acampamento nº.29, em Castro Verde, solicitam a vistoria ao referido prédio e certificar que o mesmo reúne as condições necessárias para se proceder à sua divisão por frações, nos termos do artigo 1415º. do Código Civil, conforme a seguir descrita:

Fração A: correspondente a uma área bruta total de 551,19 m², com acesso autónomo à via pública pelo número 34 da Rua D. Afonso I, desenvolve-se em três pisos, destinada a habitação com tipologia T4, sendo composto por: semicave - com a área bruta de 129,18 m², composta por quatro compartimentos destinados a arrumos, zona técnica, alpendres e pequeno pátio descoberto; piso 0 - com área bruta de 278,14 m², composto por três salas, escritório, cozinha, instalação sanitária, circulação vertical e horizontal, alpendre, terraço, arrumos e logradouro lateral; e, piso 1 - com a área de 143,87 m², composto por circulação, quatro quartos, duas instalações sanitárias, terraço e duas varandas.

Valor relativo 89,45% da superfície total.

Fração B: correspondente a uma área bruta total de 65,01 m², com acesso autónomo à via pública pelo número 29 da Rua do Acampamento, desenvolve-se num piso, ao nível do arruamento,

destinada a habitação, sendo composta por sala comum com cozinha, um quarto e instalação sanitária.

Valor relativo - 10,55% da superfície total.

Apreciado o assunto, a Câmara, em face da vistoria efetuada ao referido prédio pelos peritos municipais nomeados para o efeito, deliberou por unanimidade e nominalmente, certificar que o mesmo imóvel reúne os requisitos exigidos no artigo nº.1414 e seguintes do Código Civil, para ser constituído em regime de propriedade horizontal nos termos acima referidos.

5. - Comunicações prévias nos termos do art.º 4º do Decreto Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº.136/2014, de 9 de Setembro:

Tomou a Câmara conhecimento das comunicações prévias feitas ao abrigo da legislação acima referida sobre os seguintes licenciamentos de obras:

- de Maria dos Anjos Guerreiro, para alteração da moradia unifamiliar, sita na Rua Manuel Assunção Mestre nº.12, em Castro Verde (proc.º. 6/15).
- da Associação Seara de Abril, para construção de garagem na Rua da Papoila (lote 29), em Santa Bárbara de Padrões (proc.º. 9/15).

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Venda de produtos para a promoção do Cante Alentejano:

Foi presente a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

Na sequência do trabalho realizado e com o objetivo de contribuir para a promoção do Cante Alentejano, procedeu-se à elaboração de uma linha de “merchandising” relacionada com esta temática que estará disponível para venda no Posto de Turismo/CPPT nas seguintes condições

Artigo	Preço de venda (valores em euros, com IVA incluído)
Caneca	3,00
Canivete	5,00
T-shirt	10,00
Saco de pano	2,50
Saco grande	1,50

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente aprovar a proposta formulada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento.

2.- Concessão e renovação de cartões sociais:

Com base na informação nº. 309 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Manuela Cristina Matos Luís Olímpio, residente em Casével; Maria de Lurdes Polido Lourenço, residente no Monte das Piçarras; Emília Martins Venâncio e Maria Alice Mestre da Palma Mateus, residentes em Castro Verde, todas no escalão A.

- Renovar os cartões sociais de: Jossefina Silva Guerreiro, Henrique Batista Prazeres e António Rosa Benvindo, todos residentes em Casével, no escalão A; de Joaquim Patrício Guerreiro e de António Alexandre Guerreiro, ambos residentes em Casével, no escalão B.
- Indeferir os pedidos de cartão social requeridos por Umblina Iria Cavaco, Emília Cândido Pedro e Adelaide Jorge Belchior, residentes em Casével, e de Alda Anjos Messias Graça, residente em Castro Verde, em virtude dos respetivos rendimentos per-capita excederem o valor de referência para a atribuição do cartão social.

3. - Concessão de subsídios:

- **à CERCICOA:**

Apreciou a Câmara o pedido de apoio financeiro solicitado pela CERCICOA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas dos concelhos de Castro Verde, Ourique e Almodôvar, para fazer fase a despesas com a aquisição de uma viatura de transporte dos seus utentes, no montante de 3.500,00 €, informando que endereçou idêntico pedido aos outros municípios da área da sua abrangência.

A Câmara, segundo proposta do Sr. Presidente, deliberou, por unanimidade e nominalmente, atribuir-lhe o apoio solicitado no montante de 3.500,00 €, bem como autorizar o respetivo pagamento.

- **à Confraria dos Cavaleiros de São Pedro, de Castro Verde:**

Foi presente a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“A Confraria dos Cavaleiros de São Pedro é uma das entidades parceiras da Câmara Municipal de Castro Verde na dinamização assumindo a organização das Cavalhadas, integradas na edição de 2015 dos “Jogos Concelhios” e o passeio equestre no âmbito da Primavera no Campo Branco, conforme propostas apresentadas e aprovadas anteriormente.

Assim, nos termos da solicitação anexa, proponho a atribuição de um apoio de 800 € à Confraria dos Cavaleiros de São Pedro para fazer face a despesas de logística na organização dessas iniciativas.”

Apreciado o pedido, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente conceder à Confraria dos Cavaleiros de São Pedro um apoio financeiro no montante de 800 €, conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, bem como autorizar o respetivo pagamento.

- **à Associação de Estudantes da Escola Secundária de Castro Verde:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“A Associação de Estudantes da Escola Secundária de Castro Verde solicita à autarquia apoio para realização de um concerto no dia 9 de Maio, iniciativa no âmbito do seu Plano de Atividades do ano letivo corrente.

De acordo com contacto estabelecido pela Direção da Associação de Estudantes propõe-se a cedência do espaço do Pavilhão do Largo da Feira para realização da iniciativa.

No que se refere ao apoio financeiro, mantendo a linha de orientação dos anos anteriores, propõe-se a atribuição de um apoio de 1.000 €.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar a proposta formalizada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, autorizando assim o pagamento do apoio financeiro proposto, no valor de 800 €.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 16,30 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.